



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO


Redação Final ao Projeto Lei nº 514/12

Declara de Utilidade Pública o
Serviço de Assistência Social O
Manancial, com sede e foro no
Município de São João do Ivaí.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Serviço de
Assistência Social O Manancial, com sede e foro no Município de
São João do Ivaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Sessões, 26 de março 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 626/12

Cria 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça e os cargos de provimento em comissão que especifica, alterando a Lei Estadual nº 14.277/2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias, e adota outras providências.

Art. 1º Ficam criados 25 (vinte e cinco) cargos de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo V da Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Art. 2º Fica alterado o art. 4º da Lei referida no art. 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Tribunal de Justiça, órgão máximo do Poder Judiciário Estadual, composto por 145 (cento e quarenta e cinco) Desembargadores, tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado.”

Art. 3º Ficam criados 25 (vinte e cinco) cargos de Assessor de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-4; 25 (vinte e cinco) cargos de Secretário de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-4; 25 (vinte e cinco) cargos de Assessor II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia DAS-5; 50 (cinquenta) cargos de Oficial de Gabinete de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C; 25 (vinte e cinco) cargos de Assistente de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 1-C; e 25 (vinte e cinco) cargos de Assistente II de Desembargador, de provimento em comissão, simbologia 3-C, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela II da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei nº 14.807, de 20 de julho de 2005.

§ 1º Os cargos criados na forma do *caput* destinam-se ao assessoramento prestado nos gabinetes dos Desembargadores criados no art. 1º.

§ 2º Os cargos de Assessor de Desembargador, Assessor II de Desembargador e Assistente de Desembargador são privativos de Bacharel em Direito.

Art. 4º O provimento em comissão dos cargos previstos nesta Lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo Desembargador, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 5º O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.




Art. 7º Ficam alterados os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei referida no art. 1º.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 26 de março 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator

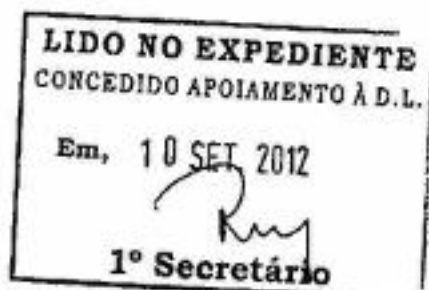
  



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



PROJETO DE LEI Nº 472/2012

SÚMULA: Altera o Art. 2º da Lei nº 17.259 de 31/07/2012, que dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.

Art. 1º Altera o artigo 2º da Lei nº 17.259, 31 de julho de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A identificação tratada no caput do art. 1º da presente Lei deve constar nas embalagens resultantes do montante dos produtos manufaturados." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 10 de setembro de 2012.

STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA



Tal como foi sancionada a lei nº 17.259, de 31 de julho de 2012, exclusivamente no que se refere ao contido no artigo 2º, é tecnicamente inviável tal procedimento de impressão nas unidades embaladas, haja vista que o nome do fabricante, nome do produto, tiragem, nº do lote, data da fabricação, validade, composição química, já contam, explicitamente, na embalagem principal.

Tomemos como exemplos alguns casos abaixo, para reafirmar a inviabilidade técnica, ou até em havendo tal possibilidade, o produto encareceria muito para o consumidor:

- 1) Uma embalagem com 50/100/500/1000 saquinhos plásticos picotados ou não, tanto os usados pelos feirantes, setor de frutas e verduras dos supermercados paranaenses, como os para armazenamento de frios ou congêneres que vão ao freezer ou ao refrigerador;
- 2) Folhas de celofane que vêm acondicionadas em embalagens contendo 5/10/100/500 unidades.
- 3) Caixas de botões de plásticos utilizados pelas indústrias têxteis ou mesmo pelo simples alfaiate.

Poderia citar outras centenas de exemplos, mas acredito que isto é apenas questão de bom senso e uma imprescindível ação que visa não encarecer produtos para os consumidores paranaenses.

Sendo esta uma relevante questão de sanar um lapso ocorrido nesta casa de Leis que, desapercibidamente evoluiu, solicito o pleno apoio dos Nobres Pares deste Legislativo à matéria aqui elencada.

DL

PIS.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original

Lei 17259 - 31 de Julho de 2012

Publicado no Acessar Diário Oficial nº. 8767 de 1 de Agosto de 2012

Súmula: Dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As empresas fabricantes de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica, no Estado do Paraná, ficam obrigadas a imprimir em seus produtos informações que tragam: nome do fabricante, nome do produto, tiragem, número do lote, data de fabricação e composição química dos mesmos.

Parágrafo único. Os dispositivos contidos no caput deste artigo são igualmente aplicados a todos os estabelecimentos comerciais situados no território paranaense que façam uso de quaisquer dos produtos de que trata a presente Lei.

Art. 2º A identificação tratada no caput do art. 1º da presente Lei deve constar cada uma das unidades produzidas, bem como nas embalagens resultantes do montante dos produtos manufaturados.

Art. 3º As informações de identificação dos produtos devem ser impressas de forma clara e visível às empresas, comerciantes e consumidores.

Art. 4º Os códigos de barras das embalagens dos produtos constantes dos incisos I, II, III, IV e V do art. 5º também deverão conter todas as informações estabelecidas pela presente Lei.

Art. 5º São consideradas pela presente Lei por vasilhames ou embalagens de matérias plásticas aquelas originadas de:

I - polietileno tereftalato (PET), frascos e garrafas para uso alimentício/hospitalar e cosméticos;

II - polietileno de baixa densidade (PEBD);

III - polietileno linear de baixa densidade (PELBD), sacolas para supermercados e lojas, filmes para embalar leite e outros alimentos, sacaria industrial, filmes para fraldas descartáveis, bolsa para soro medicinal e sacos de lixo;

IV - polipropileno (PP), filmes para embalagens de alimentos e embalagens industriais;

V - poliéster (PE) e películas de proteção solar.

VI - polícloreto de vinila (PVC);

VII - poliestireno (PS).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 472/2012

Projeto de Lei nº. 472/2012

Autora: Deputado Estadual Stephanes Júnior

Súmula: Altera o artigo 2º da Lei 17.259 de 31/07/2012, que dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.

EMENTA: ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI 17.259 DE 31/07/2012, QUE DISPÕE SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DE POLÍMEROS, DERIVADOS DO PETRÓLEO E MATÉRIA PLÁSTICA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART. 65 DA CF ESTADUAL E ART. 124 DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. APROVAÇÃO. LC 95/98 QUE DISPOE SOBRE ALTERAÇÃO DE LEI. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Stephanes Júnior, tem por finalidade alterar o artigo 2º da lei nº. 17.259 para que o mesmo passe a vigorar com a seguinte redação: "A identificação tratada no caput do art. 1º da presente Lei deve constar nas embalagens resultantes do montante dos produtos manufaturados". Possuindo como justificativa ser tecnicamente inviável o procedimento de impressão nas unidades embaladas, considerando que o nome do fabricante, nome do produto, triagem, nº do lote, data de fabricação e validade, já constam na embalagem principal.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

No que tange na alteração do dispositivo mencionado no preâmbulo desta análise, tal circunstancia se amolda à previsão do artigo 12 da Lei Complementar nº. 95 de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Senão vejamos:

Art. 12. A alteração da lei será feita:

I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

II - mediante revogação parcial;

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

09

dispositivo novo, observadas as seguintes
regras: [...]

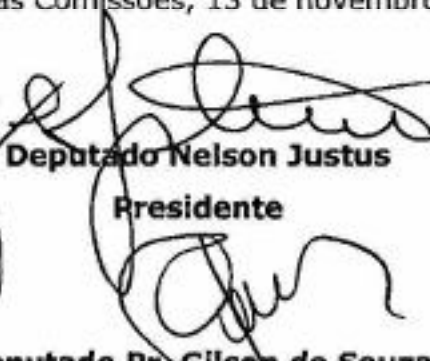
Por fim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.


Quanto à técnica legislativa utilizada na ora preposição, não há óbice pela Lei Complementar 95/98.

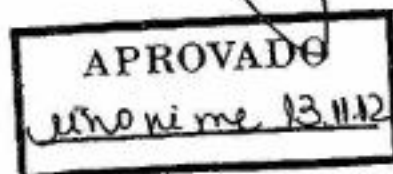
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2012.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Pr. Gilson de Souza
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Indústria e Comércio



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 472/2012

Súmula: Altera o artigo 2º da Lei nº 17.259/2012 que dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.


Autor: Deputado Stephanes Junior.
Relator: Deputado Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA: Tal como foi sancionada é tecnicamente inviável o procedimento de impressão nas unidades embaladas, haja vista que o nome do fabricante, nome do produto, tiragem, nº do lote, data da fabricação, validade, composição química, já contam, explicitamente, na embalagem principal.

PARECERES FAVORÁVEIS: Comissão de Constituição e Justiça.

CONCLUSÃO: Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2012.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE



DEPUTADO NELSON GARCIA
RELATOR



Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollen Mello e Deputada Rose Litro



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº472/2012

Súmula: Altera o art. 2º da Lei 17.259, 31 de julho de 2012, que dispõe sobre a identificação de produtos oriundos de polímeros, derivados do petróleo e matéria plástica.

Autor: Deputado Stephanes Junior

Justificativa: Viabilizar a aplicação de dispositivo de lei estadual.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Indústria e Comércio.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar viabilizar a aplicação de importante legislação estadual.

Cumprе ressaltar que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa informar ao consumidor a composição de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rosa Litro



determinados produtos químicos.

Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer **FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de DEZEMBRO de 2012.

Deputado Paranhos
Presidente

Deputada Rose Litro
Relatora



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



PROJETO DE LEI Nº 657/2012



SÚMULA: DENOMINA CLAUDIO JOÃO SILVESTRI O TRECHO DA PR-825, COMPREENDIDO ENTRE A INTERSEÇÃO DA PR-825 COM A PR-364 ATÉ O MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO.


Art. 1º - Fica denominada de Claudio João Silvestri o trecho da PR-825, compreendido entre a interseção da PR-825 com a PR-364 até o município de Campina do Simão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de dezembro de 2012


CESAR SILVESTRI FILHO
Deputado Estadual


ALEXANDRE CURI
Deputado Estadual



14:31 19/12/2012 080571 NP ASSM/LEGISLATIVA DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA

Claudio João Silvestri faleceu no dia 20 de dezembro de 2006, aos 52 anos de idade. A homenagem que se presta ao engenheiro agrônomo, dando seu nome ao trecho da PR-825 compreendido entre a interseção com a PR-364 até o município de Campina do Simão, também é uma homenagem a toda comunidade de Campina do Simão.

O homenageado, fazendeiro da localidade denominada Xerê, sempre lutou pela emancipação política do município de Campina do Simão (quando ainda era um Distrito) e combateu as desigualdades econômicas e sociais do município.

Exerceu diversos cargos na administração pública do município de Campina do Simão, dentre eles Secretário de Saúde e Secretário de Agricultura; como Secretário de Agricultura, Claudio João Silvestri se destacou por sua atuação na implantação do Programa do Leite para pequenas propriedades rurais, atividade essa que se tornou bastante representativa para a renda familiar dos produtores rurais, especialmente os pequenos produtores.

Em 2004, foi eleito, com 1203 votos, vice-prefeito de Campina do Simão, representando 47,5% dos votos válidos daquela eleição.

Portanto, por tudo que Claudio João Silvestri representou para a política paranaense, para a agricultura do nosso Estado e sociedade em geral, é que propomos essa denominação, requerendo aos demais pares a aprovação do presente Projeto de Lei.



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o projeto de Lei n. 657/2012, de autoria dos Deputados Artagão Júnior, Alexandre Curi e Cesar Silvestri Filho que DENOMINA CLAUDIO JOÃO SILVESTRI O TRECHO DA PR-825, COMPREENDIDO ENTRE A INTERSEÇÃO DA PR-825 COM A PR-364 ATÉ O MUNICÍPIO DE CAMPINA DO SIMÃO.

Relator: DEPUTADO PEDRO LUPION.

I-RELATÓRIO

O projeto de Lei (PL) n. 657/2012, de autoria dos Deputados ARTAGÃO JÚNIOR, ALEXANDRE CURI E CESAR SILVESTRI FILHO, objetiva denominar o trecho da PR-825, compreendido entre a interseção da PR-825 com a PR-364 até o município de Campina do Simão, de 'CLAUDIO JOÃO SILVESTRI.'

A justificativa apresentada junto ao projeto de Lei traz o currículo resumido do homenageado, conforme determinação legal.

Ainda, constam documentos oriundos as Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística (por intermédio do DER/PR) (fls. 04/05) informando que o trecho que se pretende denominar ainda não possui denominação.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury | Edifício Tancredo Neves | Praça Nossa Senhora da Saleta s/n, Gabinete 806,
Centro Cívico, Curitiba, Paraná | Fone (fax): (41) 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Uma vez proposto o Projeto de Lei o mesmo fora encaminhado a esta Comissão conforme disposto no Regimento Interno desta Casa, cabendo a este Parlamentar a relatoria.

É O RELATÓRIO.

II- DO VOTO

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão¹ é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em integridade do ordenamento jurídico e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação do projeto de Lei sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

A constitucionalidade material³ é observada quando o conteúdo de um ato jurídico é obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal⁴, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Em relação a constitucionalidade formal V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

⁴ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.



Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.⁵

Em relação a constitucionalidade formal, de início se verifica que os proponentes detém legitimidade nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, o qual menciona que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.⁶

Em relação a matéria versada no PL não existe qualquer reserva de iniciativa, e no mesmo sentido não há reserva de competência, possibilitando o Estado de legislar sobre o tema.

Quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Acerca da constitucionalidade material, da mesma forma, não se encontra qualquer óbice considerando não existirem problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade.

⁵ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

⁶ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 238, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município.

Além disso, a Lei Estadual Nº. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística e Departamento Nacional de Estradas e Rodagem - DER (fls. 04/05) não se vislumbra, no projeto, nenhuma incompatibilidade entre o que ali se propõe e as regras e princípios do texto constitucional vigente.

Página 5 de 6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



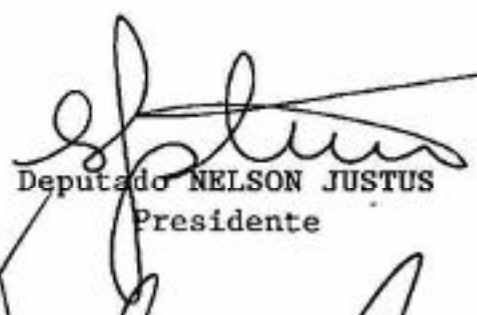
Por fim, deixo registrado que entendo ser justa a homenagem ao Sr. Claudio João Silvestri, considerando seu louvável currículo e seu empenho e contribuição a política paranaense.

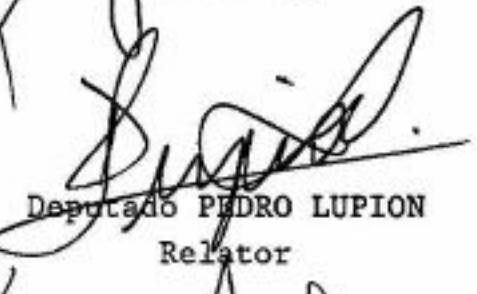
É O VOTO.


III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 657/2012, de autoria dos Deputados Artagão Júnior, Alexandre Curi e Cesar Silvestri Filho em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


APROVADO

120303

Página 6 de 6



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer
Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribello
MEMBROS

Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 657/2012

Projeto de Lei nº 657/2012

Autor: Dep. Artagão Junior, Deputado Alexandre Curi, Deputado Cesar Silvestri Filho.

Súmula: Denomina Claudio João Silvestri o Trecho da PR 825, compreendido entre a interseção da PR 825 com a PR 364 até o município de Campina do Simão.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 657/2012 de autoria dos Deputados Artagão Junior, Deputado Alexandre Curi e Deputado Cesar Silvestri Filho, denomina "Claudio João Silvestri" o trecho da PR 825, compreendido entre a interseção da PR 825 com a PR 364 até o Município de Campina do Simão no Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 657/2012, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado e a execução de atividades que se baseiam na utilização diária desta rodovia. A denominação do trecho supracitado da PR 825 com a PR 364 até o Município de Campina do Simão, não trará impedimentos que ocasionem a alteração ou interrupção de tráfego no local, haja vista que a proposição apenas homenageia um ilustre cidadão paranaense, sem que para isso haja a necessidade de interferência na utilização do espaço de forma pública e específica.

Cumpra a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33 - F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Justifico desta forma, o interesse público em gozar de empreendimentos valorizando profissionais que contribuíram de forma direta para este crescimento regionalizado. Claudio João Silvestri foi um precursor na história política do Município de Campina do Simão, lutou contra as desigualdades econômicas, sociais e para a emancipação

política atrelada a diversos investimentos regionais. Restando assim, grandes evidências da não existência de qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que a proposta não causa qualquer interferência no trecho da rodovia a ser denominada.



III – CONCLUSÕES

O artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, torna-se relevante com o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

Cito assim, destaca-se o mérito da matéria em questão, atrelado ao bem comum e a importância desta proposição, apresentando uma digna homenagem a um cidadão que em muito contribuiu com o crescimento e brilhantes idéias para o Paraná. O Projeto de Lei 657/2012, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.


IV – VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ em sua relatoria apresentada pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, já que o projeto objetiva apenas homenagear um cidadão paranaense, sem que para isso necessite causar interrupção, alteração ou dificuldades de trafegabilidade no trecho acima descrito.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 657/2012, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 19 de março de 2013.*


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


TERCÍLIO TURINI
Relator


PR PRACZYK


ELTON


AVELINO


TEOWO



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 29/2013

Súmula: Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos eventos relacionados que serão realizados no Estado.

Art. 2º Para os fins desta Lei, serão observadas as seguintes definições, sem prejuízo das demais previstas na Lei Federal nº 12.663, de 5 de junho de 2012:

I – **Fédération Internationale de Football Association – FIFA:** associação suíça de direito privado, entidade mundial que regula o esporte de futebol de associação, e suas subsidiárias não domiciliadas no Brasil;

II – Subsidiária FIFA no Brasil: pessoa jurídica de direito privado, domiciliada no Brasil, cujo capital social total pertence à FIFA;

III – Copa do Mundo FIFA 2014 – Comitê Organizador Brasileiro Ltda. (COL): pessoa jurídica de direito privado, reconhecida pela FIFA, constituída sob leis brasileiras com o objetivo de promover a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, bem como os eventos relacionados;

IV – Confederação Brasileira de Futebol - CBF: associação brasileira de direito privado, sendo a associação nacional de futebol no Brasil;

V – Competição: a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014;

VI – Eventos: as competições e as seguintes atividades relacionadas às competições, oficialmente organizadas, chanceladas, patrocinadas ou apoiadas pela FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, COL ou CBF:

a) Os congressos da FIFA, cerimônias de abertura, encerramento, premiação e outras cerimônias, sorteio preliminar, final e quaisquer outros sorteios, lançamento de mascotes e outras atividades de lançamento;

b) Seminários, reuniões, conferências, *workshops* e coletivas de imprensa;

c) Atividades culturais, concertos, exposições, apresentações, espetáculo ou outras expressões culturais, bem como os projetos *Futebol pela Esperança (Football for Hope)* ou projetos beneficentes similares;

d) Partidas de futebol e sessões de treino;



e) Outras atividades consideradas relevantes para realização, organização, preparação, *marketing*, divulgação, promoção ou encerramento das competições.

VII – Locais oficiais de competição: locais oficialmente relacionados às competições, tais como estádios, centros de treinamento, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas de estacionamento, áreas para transmissão de Partidas, e a áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos fãs, bem como qualquer local no qual o acesso seja restrito aos portadores de credenciais emitidas pela FIFA ou ingressos;

VIII – Ingressos: documentos ou produtos emitidos pela FIFA que possibilitam o acesso aos eventos ou competições.

Art. 3º Não se aplica às competições as normas estaduais que disponham sobre distribuição, venda, publicidade, propaganda ou comércio de alimentos e bebidas no interior dos locais oficiais de competição, nas suas imediações e principais vias de acesso, inclusive as que restrinjam o consumo de bebidas alcoólicas, salvo as proibições destinadas a pessoas menores de dezoito anos.

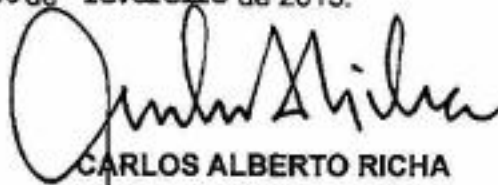
Art. 4º O preço dos ingressos para as competições será determinado pela FIFA, não se aplicando, neste caso, normas estaduais referentes à concessão de gratuidade, redução de preço, meia-entrada ou qualquer outra forma de subvenção a consumidores.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, igualmente não se aplicarão às competições normas estaduais que disponham sobre a reserva de quantidade absoluta ou percentual de ingressos para quaisquer categoria de pessoas, seja para distribuição gratuita, venda preferencial ou a preço reduzido.

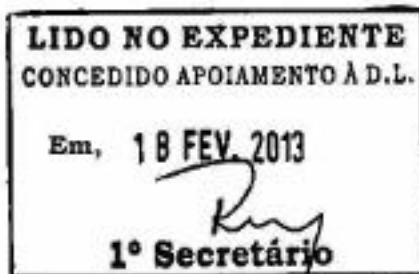
Art. 5º As situações de fato descritas nos artigos 3º e 4º, excepcionadas da submissão à legislação estadual, serão reguladas pelas normas editadas pela União.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Palácio do Governo, em 06 de fevereiro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



MENSAGEM

Nº 006 /2013

Curitiba, 06 de fevereiro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 18/02/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva dispor sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, e dá outras providências.

Inicialmente, insta destacar que visando o sucesso no que tange à realização da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 necessária é a adaptação da legislação do Estado do Paraná atinente à matéria. Neste sentido, o Governo Federal promulgou a Lei nº 12.663/2012, a fim de regulamentar a matéria em comento.

A adaptação legislativa é imprescindível, não apenas em razão das diversas particularidades das competições, mas também para compatibilizar a legislação aplicável e, conseqüentemente, homogeneizar a experiência das competições para os milhares de torcedores brasileiros e estrangeiros que viajarão pelo país no intuito de assistir as partidas e participar dos eventos.

Na data de 18 (dezoito) de julho de 2012, o Grupo Executivo da Copa do Mundo – GECOPA encaminhou aos Estados e aos Municípios que sediarão as competições uma minuta de Anteprojeto de Lei. Tal minuta trata apenas da comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios e dos descontos nos ingressos para as competições, temas que são de maior urgência por motivos operacionais.

Paralelamente, a *Fédération Internationale de Football Association* - FIFA e o Comitê Organizador Brasileiro Ltda. - COL seguiram trabalhando para aperfeiçoar a minuta do Anteprojeto de Lei.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

RMLM/Prot.11.723.248-4



Com a proximidade das competições a aprovação do presente Anteprojeto de Lei é de suma importância, uma vez que diversas providências a serem tomadas dependem da adaptação legislativa. Como exemplo, a questão da venda de ingressos para a Copa das Confederações necessita de regulamentação legal quanto aos descontos aplicáveis, visando que tal processo seja realizado com sucesso.

Desta feita, para a realização das competições, indispensável que a matéria esteja devidamente disposta na legislação estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



PARECER AO PROJETO DE LEI 29/13

Projeto de Lei nº 29/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 006/13

Súmula: Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, e dá outras providências.

EMENTA: AFASTA APLICABILIDADE, NO QUE ESPECIFICA, DAS NORMAS ESTADUAIS PARA AS COMPETIÇÕES DA FIFA. ADEQUAÇÃO AO PREVISTO NA LEI GERAL DA COPA. LEI FEDERAL Nº 12.663/2012. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGO 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 006/2013, visa, em síntese, liberar a venda e consumo de bebidas alcoólicas nos lugares que especifica durante os jogos da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014, ficando as situações reguladas pelas normas editadas pela União (especificamente a Lei Geral da Copa – Lei nº 12.663/2012), bem como que os preços dos ingressos serão determinados pela FIFA, afastando as normas estaduais redutoras de preço, instituidoras de meia-entrada ou subvenção a consumidores.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 – A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade,

Concedido vista.

Em 26 / 02 / 2013

Dona Elita eilton

CCJ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Quanto à iniciativa do presente projeto, a Constituição do Estado do Paraná prevê:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Dispõe ainda o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

A Lei Geral da Copa afasta o Estatuto do Torcedor no que tange às bebidas alcoólicas dentro dos Estádios nos certames Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014, assim acaba por permitir sua venda e consumo.

É o que diz seu art. 68, §1º:

Art. 68. Aplicam-se a essas Competições, no que couberem, as disposições da Lei no 10.671, de 15 de maio de 2003.

§ 1º Exceção-se da aplicação supletiva constante do caput deste artigo o disposto nos arts. 13-A a 17, 19 a 22, 24 e 27, no § 2º do art. 28, nos arts. 31-A, 32 e 37 e nas disposições constantes dos Capítulos II, III, VIII, IX e X da referida Lei.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Restou evidente, assim, a opção do legislador federal em afastar a norma do Estatuto do Torcedor que vedava bebidas alcoólicas nos estádios tão somente para os jogos referidos na Lei Geral da Copa.

Diante do disposto na Constituição Estadual, é cabível o projeto de lei apresentado para normatizar a legislação estadual com a previsão na esfera federal, cabendo aos legisladores a análise de oportunidade e conveniência da medida, mas não existindo qualquer óbice constitucional ou legal para sua adoção.

Assim, o projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, estando presentes os requisitos necessários para seu trâmite, merecendo aprovação por parte desta Comissão de Constituição e Justiça.

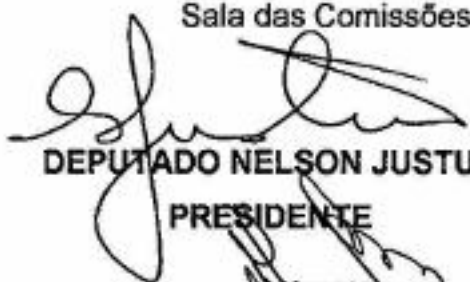
Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se adequado.

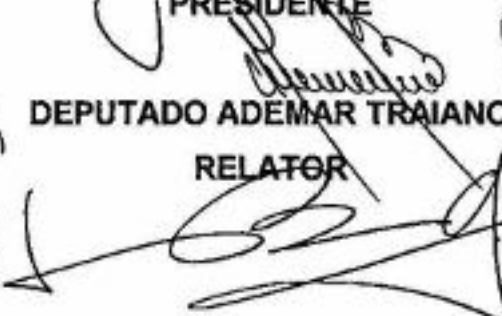
Todavia, visando aprimorar o projeto, apresenta-se o substitutivo geral anexo.



CONCLUSÃO

Diante do exposto, **na forma do substitutivo geral anexo**, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


APROVADO
Unânime 06.03.13




SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 29/2013

Súmula: Dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013, à Copa do Mundo FIFA de 2014, e dá outras providências.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 1º. Esta Lei dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013, à Copa do Mundo FIFA de 2014 e aos Eventos relacionados que serão realizados no Estado do Paraná.

Art 2º. Para os fins desta Lei, serão observadas as seguintes definições:

I – Fédération Internationale de Football Association - FIFA: associação suíça de direito privado, entidade mundial que regula o esporte de futebol de associação, e suas subsidiárias não domiciliadas no Brasil;

II – Subsidiária FIFA no Brasil: pessoa jurídica de direito privado, domiciliada no Brasil, cujo capital social total pertence à FIFA;

III – COPA DO MUNDO FIFA 2014 – COMITÊ ORGANIZADOR BRASILEIRO LTDA. – COL: pessoa jurídica de direito privado, reconhecida pela FIFA, constituída sob as leis brasileiras com o objetivo de promover a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, bem como os eventos relacionados;

IV – Confederação Brasileira de Futebol – CBF: associação brasileira de direito privado, sendo a associação nacional de futebol no Brasil;

V – Competições: a Copa das Confederações FIFA 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014;

VI – Eventos: as Competições e as seguintes atividades relacionadas às Competições, oficialmente organizadas, patrocinadas ou apoiadas pela FIFA, Subsidiárias FIFA no Brasil, COL ou CBF:

- a) os congressos da FIFA, cerimônias de abertura, encerramento, premiação e outras cerimônias, sorteio preliminar, final e quaisquer outros sorteios, lançamentos de mascote e outras atividades de lançamento;
- b) seminários, reuniões, conferências, workshops e coletivas de imprensa;
- c) atividades culturais, concertos, exposições, apresentações, espetáculos ou outras expressões culturais, bem como os projetos Futebol pela



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ LIDERANÇA DO GOVERNO



- Esperança (Football for Hope) ou projetos beneficentes similares;
- d) partidas de futebol e sessões de treino; e
 - e) outras atividades consideradas relevantes para a realização, organização, preparação, marketing, divulgação, promoção ou encerramento das Competições.

VII – Períodos de competição: espaço de tempo compreendido entre o 20º (vigésimo) dia anterior à realização da primeira Partida e o 5º (quinto) dia após a realização da última Partida de cada uma das Competições;

VIII – Prestadores de Serviços da FIFA: pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas, com base em relação contratual, para prestar serviços relacionados à organização e à produção dos Eventos, tais como:

- a) coordenadores da FIFA na gestão de acomodações, de serviços de transporte, de programação de operadores de turismo e dos estoques de ingressos;
- b) fornecedores da FIFA de serviços de hospitalidade e de soluções de tecnologia da informação; e
- c) outros prestadores licenciados ou autorizados pela FIFA para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.

IX – Parceiros Comerciais da FIFA: pessoas jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em qualquer relação contratual, em relação aos Eventos, bem como os seus subcontratados, com atividades relacionadas aos Eventos, excluindo as entidades referidas nos incisos III, IV e VII a X;

X – Locais Oficiais de Competição: locais oficialmente relacionados às Competições, tais como estádios, centros de treinamento, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas de estacionamento, áreas para a transmissão de Partidas, áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos fãs, bem como qualquer local no qual o acesso seja restrito aos portadores de credenciais emitidas pela FIFA ou de ingressos;

XI - Partida: jogo de futebol realizado como parte das Competições; e

XII - Ingressos: documentos ou produtos emitidos pela FIFA que possibilitam o ingresso em um Evento, inclusive pacotes de hospitalidade e similares.

CAPÍTULO II DO CONTROLE DE ENTRADA E DA PERMANÊNCIA NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art 3º. O acesso e a permanência nos Locais Oficiais de Competição durante os Períodos de Competição serão restritos às pessoas autorizadas pela FIFA.

§1º A FIFA tornará públicas, até 3 (três) meses antes do início de cada Evento,



todas as restrições e condições que definir, nos termos do caput, com respeito ao controle de entrada e permanência de pessoas nos Locais Oficiais de Competição.

§2º Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre o controle de entrada e permanência de pessoas nos Locais Oficiais de Competição, inclusive aquelas que disponham sobre acesso preferencial e outros benefícios atribuídos a grupos especiais de pessoas.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES DE OFERTA E COMERCIALIZAÇÃO DE INGRESSOS

Art. 4º. Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre produção, distribuição e comercialização dos ingressos para os Eventos, bem como as informações que devam neles constar e as medidas de segurança para fins de combate à falsificação.

Art. 5º. Nenhuma norma estadual que conceda gratuidade, redução de preço, meia-entrada ou qualquer outra forma de subvenção a consumidores será aplicável sobre os preços dos Ingressos.

Parágrafo único. Inclui-se no disposto no caput qualquer norma estadual que disponha sobre a reserva de quantidade absoluta ou percentual de Ingressos para quaisquer categorias de pessoas, seja para distribuição gratuita, venda preferencial ou a preço reduzido.

Art. 6º. Nenhum direito relacionado à cadeiras cativas, cabines, camarotes, tribunas ou outras instalações semelhantes que tenham sido objeto de concessão, permissão ou autorização pelo poder público será aplicável aos Eventos.

§ 1º Durante os Períodos de Competição, os Locais Oficiais de Competição, em especial os estádios onde sejam realizados os Eventos, deverão estar totalmente disponíveis, livres e desembaraçados, inclusive quanto ao uso de seus assentos, para uso.

§ 2º A FIFA poderá vender Ingressos para os locais mencionados no caput sem prévia autorização do poder público ou do concessionário, permissionário ou autorizatário, e sem que lhes sejam devidos qualquer remuneração ou indenização.

§ 3º Exceto pelos torcedores que, em decorrência de lei ou de decisão de autoridade competente, sejam impedidos de comparecer a eventos esportivos, o poder público e o concessionário, permissionário ou autorizatário não poderão impedir ou de qualquer forma obstaculizar o acesso aos Locais Oficiais de Competição aos torcedores que detenham os Ingressos a que se refere o parágrafo 2º deste artigo, sob pena de responderem por perdas e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ LIDERANÇA DO GOVERNO



danos ao detentor do Ingresso e à FIFA, bem como ao poder público, se for o caso.

CAPÍTULO IV DA SEGURANÇA NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art. 7º. A segurança nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso nos aeroportos, hotéis e centros de treinamento localizados no Estado do Paraná e as medidas de prevenção a acidentes ou incidentes de segurança de qualquer tipo, inclusive nos dias de Partida, será realizada, sem custos para a FIFA e COL, pelos poderes públicos competentes, não sendo aplicáveis aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham em sentido diverso, inclusive as que exijam a contratação de seguros de quaisquer espécies.

§ 1º O plano de segurança, a ser acordado entre a FIFA e os poderes públicos competentes, poderá contemplar o uso de segurança privada, a ser paga pela FIFA ou pelo COL, nos estádios onde se realizam os Eventos.

§ 2º O caput deste artigo aplica-se igualmente a normas estaduais que disponham sobre o dever de manter, nos Locais Oficiais de Competição, ambulância, médicos, equipes e equipamentos de socorro a emergências, cabe à FIFA e às autoridades competentes decidirem sobre o tema.

CAPÍTULO V DO CONSUMO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS, BEBIDAS E PRODUTOS NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO

Art. 8º. Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre a divulgação de marcas, distribuição, venda, publicidade, ou propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, consumo de mercadorias, alimentos e bebidas no interior dos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso, inclusive as que proíbem o consumo de bebidas alcoólicas.

CAPÍTULO VI DA PUBLICIDADE NOS LOCAIS OFICIAIS DE COMPETIÇÃO E DEMAIS ESTABELECIMENTOS

Art. 9º. Não se aplicam aos Eventos quaisquer normas estaduais que disponham sobre veiculação de propaganda, dever de informar, campanhas de conscientização ou publicidade, de caráter institucional ou não, nos Locais Oficiais de Competição, imediações, inclusive as zonas de restrição mencionadas no parágrafo 1º do artigo 8º, e principais vias de acesso a tais Locais Oficiais de Competição.

§ 1º O disposto no caput aplica-se igualmente às regras referentes a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



veiculação de publicidade e, todo e qualquer bem público ou a qualquer bem privado que venha a ser cedido, locado ou de qualquer forma utilizado pela FIFA, pela imprensa ou por qualquer pessoa física ou jurídica relacionada às Competições.

§ 2º Permanecem aplicáveis as regras estaduais que vedem a colocação de qualquer forma de publicidade ou propaganda que possa colocar em risco a segurança do trânsito nas vias públicas, estradas e rodovias, ou que promova ou incite qualquer forma de discriminação racial, sexual ou religiosa.

Art. 10. O poder público cooperará com a FIFA, no combate a qualquer ilícito ou tentativa de violação ao disposto nos artigos 8º ou 9º acima, bem como dos direitos da propriedade intelectual relacionados aos Eventos, tais como marcas, símbolos, expressões e mascotes que caracterizem a FIFA ou os Eventos.

§ 1º O poder público criará, a pedido da FIFA, um comitê estadual, composto por membros dos departamentos e agências relevantes do Estado, que se reunirá a cada seis meses, ou em periodicidade menor, se necessário, para fins de revisar a implementação de aperfeiçoamentos e iniciativas, visando proteger os direitos mencionados no caput.

§ 2º As autoridades competentes do Estado ficam autorizadas, no exercício do poder de polícia, a tomar medidas para garantir a proteção dos direitos mencionados no caput, podendo, inclusive confiscar materiais relacionados à violação.

Art. 11. O poder público, no âmbito de sua competência, cooperará com a FIFA, investigando e combatendo as práticas publicitárias e comerciais que, sem a prévia aprovação da FIFA, visem tirar proveito econômico, mercadológico ou de imagem sobre os Eventos.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Para os fins previstos nesta Lei, a FIFA fornecerá à Secretaria de Estado de Assuntos da Copa do Mundo da FIFA 2014 lista contemplando os Prestadores de Serviços da FIFA, os Parceiros Comerciais da FIFA e as Subsidiárias FIFA no Brasil.

Art. 13. Durante os Períodos de Competição, as entidades públicas ou privadas que administram os estádios onde serão realizadas Partidas deverão, caso a FIFA solicite, alterar temporariamente os nomes de tais estádios, adotando os nomes indicados pela FIFA.

§ 1º Os nomes temporários adotados para os Estádios na forma do caput deverão ser utilizados para quaisquer fins relacionados aos eventos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



§ 2º Durante os Períodos de Competição, fica vedado o uso dos nomes temporários adotados para os estádios na forma do caput e das entidades públicas ou privadas a quem pertençam tais estádios ou por aquelas que os administram, pelos clubes a ele associados e por pessoas por eles licenciadas.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também aos nomes originais dos estádios, quando usados para fins associados aos Eventos com o fim de obter vantagem econômica, comercial ou de imagem.

Art. 14. Antes de cada Partida, será executado o hino nacional das duas seleções participantes, que também terão suas bandeiras nacionais hasteadas no respectivo Local Oficial de Competição.

Parágrafo único. Não serão aplicáveis às Competições normas estaduais que disponham sobre formalidades a serem seguidas antes de eventos desportivos, inclusive aquelas prevendo a obrigatoriedade de execução de outros hinos.

Art. 15. Aplicam-se, no que couber, às Subsidiárias FIFA no Brasil as disposições relativas à FIFA previstas nesta Lei.

Art. 16. O Governador do Estado poderá declarar feriados os dias que ocorrerem os Eventos em seu território.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de DEZEMBRO DE 2014.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2013.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
Líder do Governo

APROVADO

unânime 05.03.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Esportes



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 029/2013

Projeto de Lei nº. 029/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 006/13

Súmula: Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014 e dá outras providências.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo regulamentar medidas relativas à realização da Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, a serem realizadas no Brasil, sendo Curitiba uma de suas sedes oficiais.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Esportes, em consonância ao disposto no artigo 33-S do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná manifestar-se sobre o tema:

Art. 33-S Compete à Comissão de Esportes manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à prática, incentivo e difusão de todas as modalidades de esportivas



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Esportes



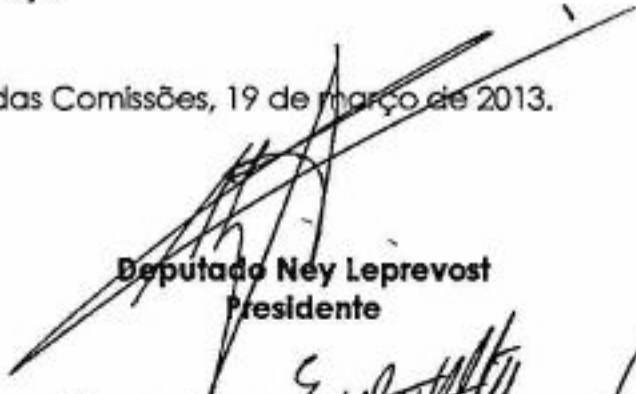
O projeto de lei em análise afasta a aplicabilidade, no que especifica, de algumas normas estaduais para as competições da FIFA, para adequar-se ao previsto na Lei Geral da Copa (Lei Federal 12.663/12).

Através da referida Mensagem, o Poder Executivo busca temporariamente, tendo a norma ter vigência pré-determinada, liberar a venda e consumo de bebidas alcoólicas nos lugares que especifica durante os jogos da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo de 2014, ficando as situações reguladas pelas normas editadas pela União. Da mesma forma, os preços dos ingressos serão determinados pela organizadora FIFA, afastando as normas estaduais redutoras de preço, instituidoras de meia-entrada ou subvenção aos consumidores.

CONCLUSÃO

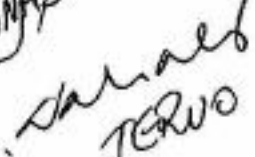
Diante do exposto, no que concerne às prerrogativas desta Comissão de Esportes, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma do substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 19 de março de 2013.


Deputado Ney Leprevost
Presidente


Deputado Elton Weller
Relator


Jonas


TERUO


Elton



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 029/2013

Projeto de Lei nº. 029/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 006/13

Súmula: Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014 e dá outras providências.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por objetivo regulamentar medidas relativas à realização da Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo FIFA 2014, as quais serão realizadas no Brasil, sendo Curitiba uma de suas sedes oficiais.

FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente, cumpre ressaltar que conforme art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à indústria e comércio.

Sendo assim, é indiscutível a necessidade da manifestação da nossa Comissão no presente projeto, uma vez que a Copa do Mundo e a Copa das Confederações trarão grandes investimentos para o nosso estado.

Ademais, observa-se que o projeto altera algumas normas estaduais relativas à publicidade e à comercialização de ingressos, alimentos, bebidas e produtos, adequando nosso ordenamento jurídico a Lei Geral da Copa (Lei Federal 12.633/12).

As medidas dispostas no projeto são fundamentais para a efetivação dos compromissos assumidos pelo país e pelo Paraná perante a FIFA.

Observa-se no substitutivo geral apresentado na Comissão de Constituição e Justiça que são apresentadas regras de extrema importância, regulamentando o controle de entrada e da permanência nos locais oficiais da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



competição; estabelecendo condições de oferta e comercialização de ingressos; regras sobre a segurança nos locais oficiais da competição; normas sobre a comercialização e a publicidade de alimentos, bebidas e produtos.

Desta feita, para a realização das competições, indispensável que a matéria esteja devidamente disposta na legislação estadual.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, no que concerne às prerrogativas desta Comissão de Indústria e Comércio, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma do substitutivo apresentado na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 20 de março de 2013.

*Antônio Carlos
Zona, Guaraná*

André Bueno
Deputado André Bueno
Presidente

*Wilson
Guenteiro*

Dulce Genari
Dulce Genari
Relator

*Wilson
Guenteiro*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO




REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 029/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 029/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 006/13.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2013.


Deputado Ademair Traiano
Líder do Governo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Defesa do Consumidor



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 029/2013

Súmula: Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo FIFA de 2014, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 006/2013

Justificativa: Adaptação das normas legais do Estado quanto às Copas que serão realizadas pela FIFA no Brasil.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (Emenda Substitutiva Geral), Comissão de Esportes, Comissão de Indústria e Comércio.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, determinada pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

A justificativa apresentada pelo proponente do Projeto de Lei diz que, se faz necessária, ante às exigências da promotora dos eventos para a sua viabilidade.

Cumprе ressaltar, então, que o mecanismo apresentado pelo Projeto é adequado ao propósito da Lei, que visa uniformizar a legislação aplicável aos eventos e que o disposto no Projeto servirá única e exclusivamente para os eventos indicados, quais sejam, a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014), mantendo-se hígida a legislação aplicável, inclusive no que se refere às proposições já apresentadas nesta Assembleia Legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

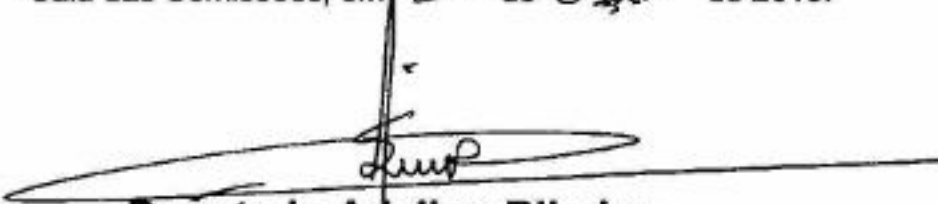
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

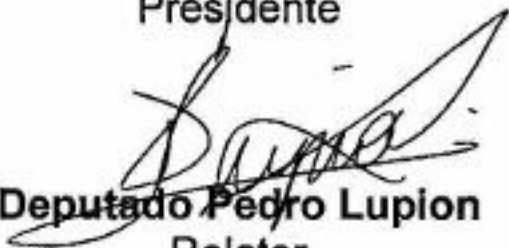
Comissão de Defesa do Consumidor

DAP
Fls. 26

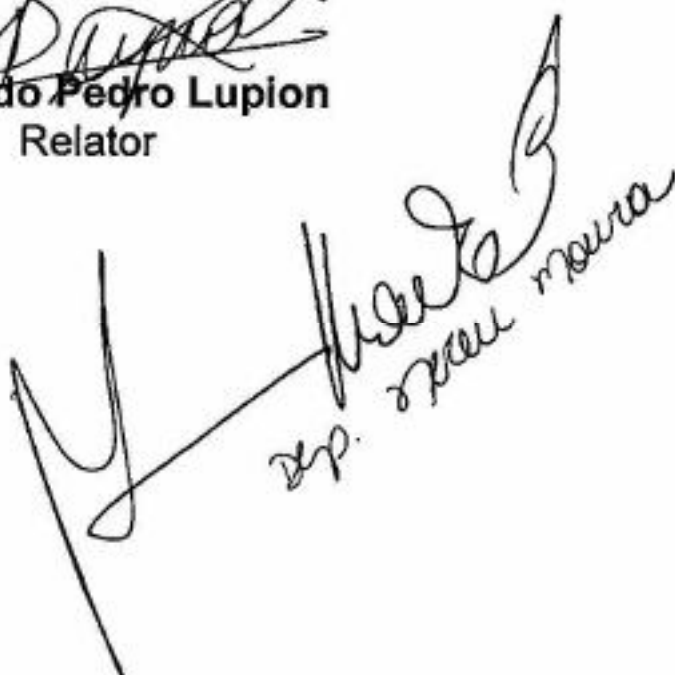
Por todo o exposto, exara-se **PARECER FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei, na forma da Emenda Substitutiva Geral apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 25 de 03 de 2013.


Deputado Adelino Ribeiro
Presidente


Deputado Pedro Lupion
Relator


Dep. Anizelli Neto


Dep. Paulo Moura